

Na Ordem Econômica

- 2 ABR 1987

por Francisca Stella Fogó
de Brasília

Para cumprir a sua primeira tarefa como líder do PMDB na Constituinte, o senador Mário Covas precisou correr contra o tempo. Ele teve cinco dias, incluindo o fim de semana, para distribuir os 305 parlamentares de seu partido entre as nove comissões da Constituinte e para negociar com os demais partidos os cargos de relatores e presidentes das comissões.

Ontem, rigorosamente dentro do cronograma previsto no regimento interno, Covas concluiu a segunda etapa, com as eleições dos presidentes e a designação dos relatores das comissões. O resultado das eleições correspondeu integralmente aos acordos conduzidos pelo líder.

No percurso, porém, Covas teve de apagar diversos incêndios. Desde as 9 horas da manhã, quando teria início a eleição do presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Ga-

rantias do Homem e da Mulher, ouviu queixas de protestos contra a imposição de nomes e o centralismo das decisões.

A todos Covas respondeu que o tempo era curto. "Os prazos previstos no regimento são exíguos e impedem a consulta integral às bancadas", justificou.

Na eleição do presidente da Comissão da Ordem Econômica, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos aspirantes ao cargo de relator, criou um incidente. Pelo acordo conduzido por Covas, o PFL ficaria com a presidência, o deputado José Lins, do Ceará, e indicaria o senador Severo Gomes (PMDB-SP) para o cargo de relator.

Apoiado pelos constituintes mais conservadores da Comissão — que terá 63 membros —, entre eles o senador Roberto Campos (PDS-MT) e Delfim Netto (PDS-SP), Cardoso Alves propôs a violação do regimento interno, que classificou de "autoritário". Pre-



Severo Gomes

tendia que houvesse eleição para o cargo de relator, quando, pelo regimento, somente o presidente é eleito, com a atribuição de designar o relator.

Covas interveio. Explicou que, como líder, tinha a atribuição de indicar os nomes que concorriam pelo partido: "É pelo partido". Mas a comissão teria autonomia para eleger outra chapa. Cardoso Alves não formou outra chapa. Os nomes definidos no acordo foram escolhidos pela maioria dos membros da comissão.

Eleito presidente, o deputado José Lins, ex-senador pela Arena, engenheiro civil, ex-secretário de Minas e Energia de seu estado, o Ceará, designou relator da comissão o senador Severo Gomes, empresário, ex-ministro da Agricultura no governo Castello Branco e ex-ministro da Indústria e do Comércio no governo Geisel.

Representante da ala progressista do PMDB, Se-

vere Gomes acredita que o Brasil precisa cumprir duas etapas fundamentais para atacar a crise econômica: "Levar a moratória às últimas consequências e formular um sólido plano de longo prazo para resolver os seus problemas internos", conforme declarou logo após sua designação. A Constituinte, segundo Severo Gomes, é o canal para a formulação desse plano de longo prazo.

Severo Gomes tem a expectativa que a nova Constituinte poderá produzir avanços no capítulo da ordem econômica, não obstante a avaliação generalizada entre os constituintes progressistas dos diversos partidos de que a Comissão da Ordem Econômica, no conjunto, reúne o grupo mais conservador da Constituinte.

(Continua na página 6)

e do Rio, Moreira Franco.

Quércia pretende convidar seus dois colegas para uma reunião, provavelmente na próxima semana. A idéia é estabelecer um acordo entre os três governadores, todos muito influentes junto às respectivas bancadas federais do partido. Com esse poder de fogo garantido, o passo seguinte será apresentar ao partido (e conseguir aprovar) a tese dos seis anos.

"O partido deve decidir como um todo", disse ontem o governador paulista, depois de reafirmar sua disposição de "acelerar uma definição". Quércia também quer que o PMDB assuma o mais rápido possível uma posição sobre

Orestes Quércia

a forma de governo, parlamentarismo ou presidencialismo.

Quércia assegurou que iniciativa não deve ser confundida com uma "frente" além de desmentir qualquer intenção em discutir o mandato com Cardoso Moreira Franco. Na verdade, o governador paulista evita dar, por enquanto, maior relevo a uma questão que confronta diretamente com os projetos de presidente nacional do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, defensor dos quatro anos, mas que já fala sobre a possibilidade de cinco.

Assessores do governa